

## CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

### RESOLUÇÃO Nº 201/2016

**O Egrégio Conselho Superior do Ministério Público do Estado da Bahia**, reunido em sessão ordinária no dia 01 de novembro de 2016, deliberou, à unanimidade, pela **homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatoria**, dos Procedimentos Cíveis a seguir indicados:

- 1.1. Inquérito Civil SIMP nº 352.1.61264/2006, da 1ª Promotoria de Justiça de Conceição do Coité;
- 1.2. Inquérito Civil SIMP nº 600.0.17699/2013, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;
- 1.3. Inquérito Civil SIMP nº 090.0.47094/2013, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Teixeira de Freitas;
- 1.4. Procedimento Ministerial SIMP nº 591.0.98716/2016, da 5ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas;
- 1.5. Inquérito Civil SIMP nº 692.0.3328/2015, da Promotoria de Justiça Regional do Meio Ambiente de Guanambi;
- 1.6. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.89922/2016, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 1.7. Inquérito Civil SIMP nº 241.0.42461/2016, da 2ª Promotoria de Justiça de Remanso;
- 1.8. Procedimento Ministerial SIMP nº 644.0.131718/2011, da 8ª Promotoria de Justiça de Vitória da Conquista;
- 1.9. Inquérito Civil SIMP nº 674.0.73498/2016, da 5ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;
- 1.10. Inquérito Civil SIMP nº 674.0.67290/2015, da 5ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;
- 1.11. Inquérito Civil SIMP nº 597.0.106661/2014, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Valença;
- 1.12. Procedimento Ministerial SIMP nº 644.0.128195/2011, da 8ª Promotoria de Justiça de Vitória da Conquista;
- 1.13. Procedimento Ministerial SIMP nº 007.0.71847/2016, da 2ª Promotoria de Justiça de Amargosa;
- 1.14. Procedimento Ministerial SIMP nº 203.0.107592/2014, da Promotoria de Justiça de Olindina;
- 1.15. Procedimento Ministerial SIMP nº 608.0.118131/2015, da 5ª Promotoria de Justiça de Jequié;
- 1.16. Inquérito Civil SIMP nº 001.0.222915/2015, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 1.17. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.172296/2014, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 1.18. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.7513/2011, da 7ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas;
- 1.19. Procedimento Ministerial SIMP nº 720.0.26262/2010, da 3ª

- Promotoria de Justiça de Riachão do Jacuípe;
- 1.20. Inquérito Civil SIMP nº 167.0.55937/2015, da Promotoria de Justiça Regional Especializada em Meio Ambiente com sede em Mata de São João;
  - 1.21. Inquérito Civil SIMP nº 600.0.103295/2015, da 4ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;
  - 1.22. Procedimento Ministerial SIMP nº 598.0.200114/2015, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Juazeiro;
  - 1.23. Inquérito Civil SIMP nº 608.0.93961/2013, da 4ª Promotoria de Justiça de Jequié;
  - 1.24. Inquérito Civil SIMP nº 597.0.209561/2014,, da 4ª Promotoria de Justiça de Valença;
  - 1.25. Procedimento Ministerial SIMP nº 644.0.57673/2007, da 4ª Promotoria de Justiça de Vitória da Conquista;
  - 1.26. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.88402/2011, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDEF;
  - 1.27. Inquérito Civil SIMP nº 596.0.206079/2010, da 21ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
  - 1.28. Inquérito Civil SIMP nº 241.0.12499/2016, da 2ª Promotoria de Justiça de Remanso;
  - 1.29. Inquérito Civil SIMP nº 600.0.135221/2016, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;
  - 1.30. Procedimento Ministerial SIMP nº 657.0.184873/2014, da 1ª Promotoria de Justiça de Ipiaú;
  - 1.31. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.74923/2010, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Educação – GEDUC;
  - 1.32. Procedimento Ministerial SIMP nº 674.0.150063/2008, da 5ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;
  - 1.33. Inquérito Civil SIMP nº 590.0.61991/2011, da 5ª Promotoria de Justiça de Camaçari;
  - 1.34. Procedimento Ministerial SIMP nº 699.0.226757/2015, da 2ª Promotoria de Justiça de Itaberaba;
  - 1.35. Inquérito Civil SIMP nº 600.0.135167/2016, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;
  - 1.36. Inquérito Civil SIMP nº 674.0.124525/2016, da 5ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;
  - 1.37. Procedimento Ministerial SIMP nº 598.0.75750/2014, da 11ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
  - 1.38. Inquérito Civil SIMP nº 598.0.36400/2012, da 11ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
  - 1.39. Inquérito Civil SIMP nº 001.0.146145/2016, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
  - 1.40. Inquérito Civil SIMP nº 600.0.6608/2015, da 1ª Promotoria de Santo Antônio de Jesus;
  - 1.41. Procedimento Ministerial SIMP nº 701.0.56950/2016, da 5ª Promotoria de Justiça de Itapetinga;
  - 1.42. Procedimento Ministerial SIMP nº 696.0.119458/2016, da 3ª Promotoria de Justiça de Candeias;
  - 1.43. Inquérito Civil SIMP nº 676.0.181018/2012, da Promotoria de Justiça

- Especializada em Meio Ambiente com sede em Bom Jesus da Lapa;
- 1.44. Procedimento Ministerial SIMP nº 035.0.131109/2016, da 2ª Promotoria de Justiça de Cachoeira;
  - 1.45. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.71203/2015, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência- GEIDEF;
  - 1.46. Inquérito Civil SIMP nº 600.0.183561/2015, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;
  - 1.47. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.48753/2014, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDEF;
  - 1.48. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.73021/2016, da 5ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas;
  - 1.49. Inquérito Civil SIMP nº 600.0.187809/2015, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;
  - 1.50. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.139309/2015, da 2ª Promotoria de Justiça de Barra;
  - 1.51. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.58371/2010, da 2ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
  - 1.52. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.57387/2016, da 4ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
  - 1.53. Inquérito Civil SIMP nº 592.0.155848/2015, da 5ª Promotoria de Justiça de Senhor do Bonfim;
  - 1.54. Inquérito Civil SIMP nº 090.0.150100/2015, da Promotoria de Justiça de Itanhém;
  - 1.55. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.93146/2014, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDEF;
  - 1.56. Inquérito Civil SIMP nº 600.0.188591/2010, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;
  - 1.57. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.127490/2015, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
  - 1.58. Inquérito Civil SIMP nº 600.0.220352/2013, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;
  - 1.59. Inquérito Civil SIMP nº 600.0.223708/2013, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;
  - 1.60. Procedimento Ministerial SIMP nº 001.0.34649/2016, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
  - 1.61. Procedimento Ministerial SIMP nº 591.0.56309/2016, da 5ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas;
  - 1.62. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.17533/2014, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Educação – GEDUC;
  - 1.63. Inquérito Civil SIMP nº 596.0.202419/2009, da 21ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
  - 1.64. Inquérito Civil SIMP nº 645.0.88542/2007, da 1ª Promotoria de Justiça de Camacan;
  - 1.65. Procedimento Ministerial SIMP nº 035.0.236497/2014, da 2ª Promotoria de Justiça de Cachoeira;
  - 1.66. Inquérito Civil SIMP nº 705.0.189771/2011, da 1ª Promotoria de Justiça de Paulo Afonso;

- 1.67. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.128955/2013, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos Humanos e Combate à Discriminação – GEDHDIS;
- 1.68. Inquérito Civil SIMP nº 679.0.218180/2015, da 2ª Promotoria de Justiça de Conceição do Coité;
- 1.69. Inquérito Civil SIMP nº 001.0.113302/2016, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 1.70. Procedimento Ministerial SIMP nº 701.0.8476/2016, da Promotoria de Justiça de Itapetinga;
- 1.71. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.68736/2011, da 5ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude de Salvador;
- 1.72. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.172231/2013, Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 1.73. Procedimento Ministerial SIMP nº 167.0.46254/2015, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente de Mata de São João;
- 1.74. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.172742/2015, da 2ª Promotoria de Justiça de Catu;
- 1.75. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.8190/2014, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Educação – GEDUC;
- 1.76. Inquérito Civil SIMP nº 128.0.177774/2014, da Promotoria de Justiça de Jaguaripe;
- 1.77. Inquérito Civil SIMP nº 167.0.48148/2013, da 2ª Promotoria de Justiça de Mata de São João;
- 1.78. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.140403/2013, da 6ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente;
- 1.79. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.14088/2015, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 1.80. Inquérito Civil SIMP nº 705.0.67998/2014, da 2ª Promotoria de Justiça de Paulo Afonso;
- 1.81. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.93586/2008, da 5ª Promotoria de Justiça de Candeias;
- 1.82. Inquérito Civil SIMP nº 933.0.157445/2015, da 1ª Promotoria de Justiça de Luís Eduardo Magalhães;
- 1.83. Inquérito Civil SIMP nº 212.0.16205/2015, da 2ª Promotoria de Justiça de Paripiranga;
- 1.84. Inquérito Civil SIMP nº 596.0.214594/2010, da 21ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
- 1.85. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.10878/2013, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Educação – GEDUC;
- 1.86. Inquérito Civil SIMP nº 698.0.159253/2010, da 6ª Promotoria de Justiça de Irecê;
- 1.87. Procedimento Ministerial SIMP nº 644.0.12899/2010, da 8ª Promotoria de Justiça de Vitória da Conquista;
- 1.88. Procedimento Ministerial SIMP nº 608.0.67846/2014, da 4ª Promotoria de Justiça de Jequié;
- 1.89. Inquérito Civil SIMP nº 598.0.244348/2013, da 11ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 1.90. Inquérito Civil SIMP nº 708.0.239590/2015, da Promotoria de Justiça

- Especializada em Meio Ambiente de Teixeira de Freitas;
- 1.91. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.257156/2013, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
  - 1.92. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.138554/2013, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
  - 1.93. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.0.228966/2012, da Promotoria de Justiça de Habitação e Urbanismo;
  - 1.94. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.51890/2015, apenso SIMP nº 170.1.64791/2005, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Jacobina;
  - 1.95. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.125987/2015, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
  - 1.96. Procedimento Ministerial SIMP nº 657.0.81469/2013, da 4ª Promotoria de Justiça de Ipiaú;
  - 1.97. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.94294/2011, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
  - 1.98. Inquérito Civil SIMP nº 598.0.135747/2008, da 10ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
  - 1.99. Inquérito Civil SIMP nº 197.0.111942/2013, da Promotoria de Justiça de Gentio do Ouro;
  - 1.100. Inquérito Civil SIMP nº 241.0.218521/2015, da 1ª Promotoria de Justiça de Remanso;
  - 1.101. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.167951/2015, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
  - 1.102. Inquérito Civil SIMP nº 600.0.32634/2016, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;
  - 1.103. Inquérito Civil SIMP nº 600.0.17023/2014, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;
  - 1.104. Inquérito Civil SIMP nº 597.0.13745/2016, da 4ª Promotoria de Justiça de Valença;
  - 1.105. Inquérito Civil SIMP nº 597.0.11340/2016, da 4ª Promotoria de Justiça de Valença;
  - 1.106. Inquérito Civil SIMP nº 167.0.146078/2012, da Promotoria de Justiça Regional Especializada em Meio Ambiente com sede em Mata de São João;
  - 1.107. Procedimento Ministerial SIMP nº 674.0.51047/2016, da 4ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;
  - 1.108. Inquérito Civil SIMP nº 597.0.35279/2011, da 3ª Promotoria de Justiça de Valença;
  - 1.109. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.103005/2015, da 5ª Promotoria de Justiça de Camaçari;
  - 1.110. Inquérito Civil SIMP nº 644.0.3694/2010, da 8ª Promotoria de Justiça de Vitória da Conquista;
  - 1.111. Inquérito Civil SIMP nº 001.0.87683/2016, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
  - 1.112. Inquérito Civil SIMP nº 001.0.131356/2016, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;



- 1.113. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.2530/2011, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDEF;
- 1.114. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.25148/2016, da Promotoria de Justiça de Piatã;
- 1.115. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.56699/2014, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
- 1.116. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.92571/2015, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 1.117. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.76693/2011, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDEF;
- 1.118. Procedimento Ministerial SIMP nº 679.0.129355/2015, da 2ª Promotoria de Justiça de Conceição do Coité;
- 1.119. Procedimento Ministerial SIMP nº 705.0.64950/2014, da 2ª Promotoria de Justiça de Paulo Afonso;
- 1.120. Procedimento Ministerial SIMP nº 720.0.70183/2012, da 3ª Promotoria de Justiça de Riachão do Jacuípe;
- 1.121. Inquérito Civil SIMP nº 600.0.250610/2012, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;
- 1.122. Procedimento Ministerial SIMP nº 705.0.120351/2015, da 2ª Promotoria de Justiça de Paulo Afonso;
- 1.123. Procedimento Ministerial SIMP nº 677.0.109502/2016, da 1ª Promotoria de Justiça de Brumado;
- 1.124. Inquérito Civil SIMP nº 598.0.79054/2012, da 11ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 1.125. Procedimento Ministerial SIMP nº 674.0.236266/2015, da 4ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;
- 1.126. Inquérito Civil SIMP nº 600.0.226018/2015, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;
- 1.127. Procedimento Ministerial SIMP nº 608.0.203368/2013, da 4ª Promotoria de Justiça de Jequié;
- 1.128. Inquérito Civil SIMP nº 600.0.187764/2015, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;
- 1.129. Inquérito Civil SIMP nº 600.0.184227/2010, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;
- 1.130. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.131131/2015, da 5ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 1.131. Procedimento Ministerial SIMP nº 598.0.104269/2015, da 12ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 1.132. Inquérito Civil SIMP nº 001.0.90563/2016, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 1.133. Inquérito Civil SIMP nº 007.0.67484/2015, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;
- 1.134. Procedimento Ministerial SIMP nº 708.0.40988/2016, da 6ª Promotoria de Justiça de Teixeira de Freitas;
- 1.135. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.202330/2014, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e dos Deficientes – GEIDEF;
- 1.136. Inquérito Civil SIMP nº 681.1.49370/2006, da 1ª Promotoria de Justiça de Euclides da Cunha;

- 1.137. Procedimento Ministerial SIMP nº 590.0.218325/2014, da 7ª Promotoria de Justiça de Camaçari;
- 1.138. Procedimento Ministerial SIMP nº 598.0.100486/2015, da 11ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 1.139. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.122804/2012, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
- 1.140. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.121910/2010, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;
- 1.141. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.72110/2016, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 1.142. Inquérito Civil SIMP nº 674.0.44955/2016, da 4ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;
- 1.143. Inquérito Civil SIMP nº 674.0.53581/2015, da 1ª Promotoria de Justiça de Campo Formoso;
- 1.144. Inquérito Civil SIMP nº 708.0.195050/2012, da 6ª Promotoria de Justiça de Teixeira de Freitas;
- 1.145. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.238522/2013, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
- 1.146. Procedimento Ministerial SIMP nº 598.0.133176/2015, da 11ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 1.147. Procedimento Ministerial SIMP nº 035.0.239860/2014, da 2ª Promotoria de Justiça de Cachoeira;
- 1.148. Inquérito Civil SIMP nº 701.0.114248/2010, da 2ª Promotoria de Justiça de Itapetinga;
- 1.149. Inquérito Civil SIMP nº 678.0.99689/2010, da 3ª Promotoria de Justiça de Cruz das Almas;
- 1.150. Procedimento Ministerial SIMP nº 001.0.253945/2013, da 3ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 1.151. Procedimento Ministerial SIMP nº 001.0.158501/2012, da 3ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 1.152. Procedimento Ministerial SIMP nº 001.0.231794/2014, da 3ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 1.153. Procedimento Ministerial SIMP nº 001.0.60806/2013, da 3ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 1.154. Procedimento Ministerial SIMP nº 001.0.82164/2013, da 3ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 1.155. Procedimento Ministerial SIMP nº 001.0.112682/2013, da 3ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 1.156. Procedimento Ministerial SIMP nº 001.0.95899/2014, da 3ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 1.157. Procedimento Ministerial SIMP nº 001.0.189075/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 1.158. Procedimento Ministerial SIMP nº 001.0.54333/2013, da 3ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 1.159. Inquérito Civil SIMP nº 705.0.77359/2015, da 6ª Promotoria de Justiça de Paulo Afonso;
- 1.160. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.210416/2015, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDEF;

- 1.161. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.145019/2015, da 3ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente;
- 1.162. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.28037/2014, da 4ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 1.163. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.143570/2015, da 1ª Promotoria de Justiça de Remanso;
- 1.164. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.15052/2016, da 5ª Promotoria de Justiça da Comarca de Lauro de Freitas;
- 1.165. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.54074/2013, da Promotoria de Justiça de Habitação e Urbanismo;
- 1.166. Procedimento Ministerial SIMP nº 681.0.67160/2009, da 1ª Promotoria de Justiça de Euclides da Cunha;
- 1.167. Procedimento Ministerial SIMP nº 598.0.58130/2015, da 11ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 1.168. Procedimento Ministerial SIMP nº 702.0.219256/2014, da 4ª Promotoria de Justiça de Jacobina;
- 1.169. Inquérito Civil SIMP nº 598.0.224410/2012, da 11ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 1.170. Inquérito Civil SIMP nº 644.0.64642/2007, da 8ª Promotoria de Justiça de Vitória da Conquista;
- 1.171. Inquérito Civil SIMP nº 242.0.123360/2009, da Promotoria de Justiça de Retirolândia;
- 1.172. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.92269/2013, da Promotoria de Justiça de Habitação e Urbanismo;
- 1.173. Procedimento Ministerial SIMP nº 709.0.205967/2015, da 4ª Promotoria de Justiça de Simões Filho;
- 1.174. Procedimento Ministerial SIMP nº 240.1.33114/2007, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente de Itaberaba.

SALA DAS SESSÕES, 01 de novembro de 2016.

**EDIENE SANTOS LOUSADO**

Procuradora-Geral de Justiça em Exercício  
Presidente do Conselho Superior do Ministério Público em Exercício

**MARCO ANTÔNIO CHAVES DA SILVA**

Corregedor-Geral do Ministério Público

**Conselheiros:** Zuval Gonçalves Ferreira; João Paulo Cardoso de Oliveira; Adivaldo Guimarães Cidade; Antônio Carlos Oliveira Carvalho; Márcia Regina dos Santos



Virgens; Adriani Vasconcelos Pazelli; Aurisvaldo Melo Sampaio e Ricardo Régis  
Dourado.//